

Acesso a ajuda humanitária

para homens e mulheres,
rapazes e raparigas
com deficiência

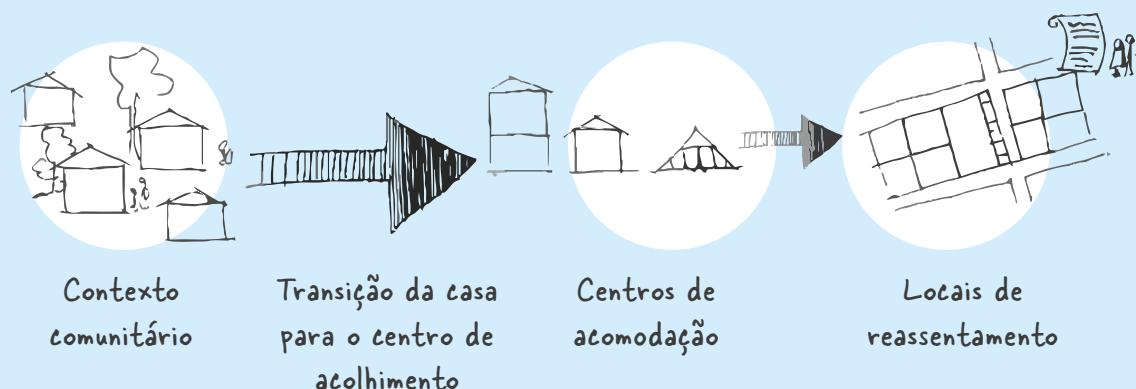


Desafios e Recomendações

Uma análise ao acesso à ajuda humanitária para homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência afectados pelo ciclone Idai, Moçambique.

Light for the World, 2019

Desafios



- Distribuição da ajuda pouco clara e não estruturada
 - Inexistência de informação precisa sobre o ciclone iminente e resposta de ajuda humanitária
 - Ajuda fisicamente inacessível
 - Incapacidade de utilizar a ajuda fornecida
 - Sensação de insegurança
- Sensação de discriminação
 - Distância dos centros de acomodação
 - Centros de acomodação sobrelotados
- Distribuição de alimentos desorganizada e «agressiva»
 - Instalações WASH (água, saneamento e higiene) inacessíveis
 - Falta de informação sobre o processo de reassentamento
- Incapacidade de utilizar os bens distribuídos
 - Abrigos desadequados
 - Sensação de insegurança e discriminação
 - Métodos/canais de informação e comunicação desajustados
 - Distância dos serviços dentro e fora dos locais de reassentamento
 - Serviços inacessíveis
 - Falta de (acesso a) serviços de cuidados de saúde especializados
 - Preocupações dos cuidadores em assegurar apoio a familiares com deficiência

Recomendações

- Envolver as OPD nos mecanismos de resposta a emergências
- Assegurar o desenvolvimento de competências para pessoal de centros de acomodação e locais de reassentamento
- Criar sistemas de distribuição inclusivos de bens alimentares e não alimentares
- Assegurar que canais de comunicação e informação chegam até homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência
- Instalar estruturas comunitárias específicas para pessoas com deficiência
- Incluir homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência em estruturas de reassentamento existentes
- Criar abrigos, serviços e uma disposição de acampamento acessíveis
- Garantir acesso a serviços de reabilitação a homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência

Apresentação

A 15 de Março de 2019, o intenso ciclone Tropical Idai atingiu a costa perto da cidade da Beira, na província de Sofala, em Moçambique. Trouxe chuva intensa que fez com que os rios transbordassem, provocando enormes danos no interior nos dias que se seguiram ao ciclone. O Idai deixou um rasto de destruição, não só em Moçambique, mas também nos países vizinhos, como Malawi, Madagáscar e Zimbabwe. Milhares de pessoas faleceram ou ficaram feridas, e muitos milhões ficaram desalojados, a maior parte das quais na província de Sofala¹. Estima-se que mais de cem mil homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência foram afectados pelo Idai².

A informação empírica da área mostra que homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência não receberam a assistência e protecção necessárias antes, durante e imediatamente após o ciclone.

Estas preocupações são sustentadas por diversos estudos e relatórios que indicam que homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência são as principais vítimas de desastres naturais: são mais susceptíveis a ser excluídos e ignorados pela resposta a emergências³. Este facto pode atribuir-se a várias barreiras complementares, incluindo obstáculos no plano comportamental, físico, de comunicação e institucionais. Estas barreiras combinadas com a frequente situação económica debilitada não permitem o acesso à ajuda humanitária por parte de homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência^{4,5}.

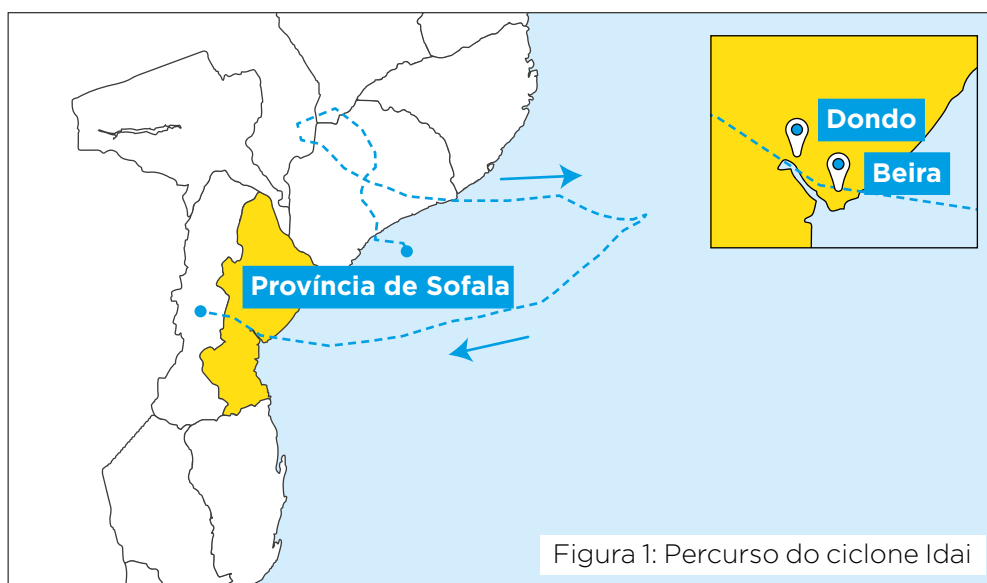


Figura 1: Percurso do ciclone Idai

¹ OCHA Reliefweb (Ciclone Tropical Idai – Mar. 2019). Retirado a 8 de Outubro de 2019 de: <https://reliefweb.int/disaster/tc-2019-000021-moz>

² 6% de 1,85 milhões de pessoas afectadas, com base em dados do estudo “Living Conditions among People with Disabilities in Mozambique”. INE, FAMOD e SINTEF, 2009. Consultar: <https://www.sintef.no/en/projects/studies-on-living-conditions/>

³ Wester, M., van Dijkhorst, H., & Warner, J. (2017). Disability Inclusive-Disaster Risk Reduction.

⁴ HI (2015) Disability in Humanitarian Context. Retirado a 10 de Outubro de 2019 de: <https://www.un.org/disabilities/documents/WHS/Disability-in-humanitarian-contexts-HI.pdf>

⁵ Perry, S. (2019) Guidance on strengthening disability inclusion in Humanitarian Response Plans. Retirado a 10 de Outubro de 2019 de: <https://www.humanitarianresponse.info/en/programme-cycle/space/document/guidance-strengthening-disability-inclusion-humanitarian-response>

Metodologia da pesquisa

O objectivo deste estudo consiste em gerar provas empíricas sobre as barreiras ao acesso à ajuda por homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência num contexto pós- ciclone Idai e, desta forma, contribuir para o desenvolvimento de uma política de resposta humanitária mais inclusiva em Moçambique. Este estudo aborda a seguinte questão da pesquisa: Quais são as barreiras comuns por homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência em relação ao acesso à ajuda humanitária - tendo em consideração o ciclone Idai - na província de Sofala, Moçambique?

A pesquisa adoptou uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas e discussões de grupo, seguida de análise indutiva para revelar temas e histórias dominantes. Os dados foram recolhidos através de 30 entrevistas detalhadas com homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência⁶ e/ou cuidadores em comunidades (Beira), bem como em locais de reassentamento⁷ (Dondo). Para além disso, foram realizadas 6 Discussões de Grupo (com um total de 45 participantes) com membros de várias Organizações de Pessoas com Deficiência (OPD). Estes dados foram complementados com informações de várias reuniões com pessoal de locais de reassentamento, bem como intervenientes governamentais e não-governamentais envolvidos na resposta humanitária. Os participantes foram propositadamente seleccionados mediante consulta da Light for the World, Moçambique, com base na localização geográfica e características demográficas: pretendia-se um equilíbrio igualitário de participantes do género masculino e feminino em comunidades e locais de reassentamento, com uma diversidade em termos de faixa etária e deficiência. O trabalho de campo ocorreu entre Junho e Agosto de 2019 nos distritos da Beira e Dondo, na província de Sofala, Moçambique.

⁶ Nesta pesquisa, homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência são um grupo heterógeno de diferentes (graus) de incapacidade.

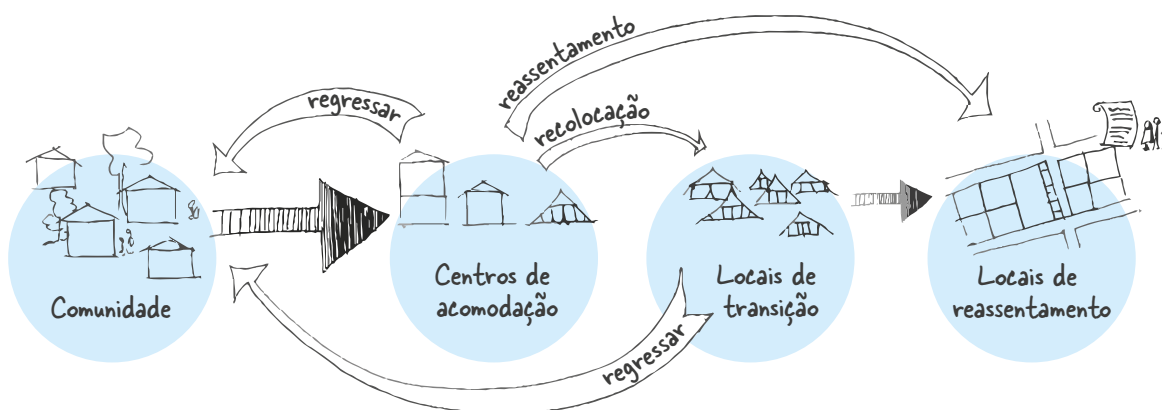
⁷ Embora o termo internacional reconhecido seja «locais de recolocação», este documento refere-se a «locais de reassentamento», uma vez que este é o termo mais comumente utilizado em Moçambique. «Locais de reassentamento» são localizações permanentes onde as pessoas passam a ficar, porque as áreas onde costumavam viver já não são seguras.

Percepção contextual

O ciclone Idai desalojou milhares de pessoas na província de Sofala, que procuraram refúgio em centros de acomodação temporários (tais como escolas, igrejas e hospitais) na Beira, Buzi e Dondo. Ficaram nessas instalações durante semanas e mesmo até vários meses até os centros terem retomado as suas funções originais. As pessoas que vivem em áreas propensas a inundações, intituladas de inseguras pelo governo, foram realojadas em locais de reassentamento permanentes enquanto outras regressaram aos seus locais de origem. Este procedimento foi liderado pelo National Institute of Disaster Management (INGC) (Instituto Nacional de Gestão de Calamidades) em estreita colaboração com a Camp Coordination and Camp Management (CCCM) (Coordenação de Acampamentos e Gestão de Acampamentos), que eram responsáveis pela assistência e protecção de pessoas que habitavam em locais de reassentamento⁸.

O plano original consistia em que pessoas desalojadas tinham de aguardar a sua recolocação em locais de transição, até outra comunicação do governo. No entanto, o plano não correu como previsto, e as pessoas já tinham sido retiradas apesar das parcelas ainda não estarem autorizadas e os serviços básicos e infra-estruturas (tais como cuidados de saúde, água e saneamento, abrigo) nos locais de reassentamento ainda não estarem disponíveis. Devido à natureza apressada do exercício de reassentamento, não foram cumpridos os padrões mínimos internacionais de reassentamento e a CCCM decidiu minimizar o seu apoio a actividades de monitorização e salvamento⁹. Agora, que a transição para a fase de recuperação e reconstrução está em progresso há vários meses após o Idai, a situação parece ter melhorado na maioria dos locais de reassentamento em termos de prestação de serviços e distribuição da ajuda.

Figura 2: Procedimento de reassentamento



Fonte: CCCM Idai Response Strategy, 2019

⁸ Emergency Manual OCHA (n.d.), Retirado a 9 de Outubro de 2019 de: <https://emergencymanual.iom.int/entry/15334/camp-coordination-and-camp-management-cccm>

⁹ Conversa pessoal a 22 de Julho de 2019.

Depois do ciclone Idai, existiam então três «localizações» onde ocorria a distribuição da ajuda: na comunidade, onde a maioria da população afectada vive, nos centros de acomodação (onde as pessoas viveram temporariamente, até vários meses) e nos locais de reassentamento (onde as pessoas vão ficar permanentemente para construir uma nova vida). Governo, agências da ONU e ONG internacionais colaboraram muito de perto para responder às necessidades da população afectada nestas localizações.

Neste documento são discutidos os desafios de homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência e/ou respectivos cuidadores em relação ao acesso à ajuda humanitária em cada uma destas três localizações e são fornecidas recomendações para que os principais intervenientes melhorem as suas futuras respostas humanitárias.

Principais intervenientes

Os principais intervenientes na resposta humanitária e relevantes para este documento são:



Coordenação da distribuição de alimentos

- Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (Ministry of Agriculture and Food Security - MASA)
- Programa Alimentar Mundial (World Food Programme - WFP)
- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organisation - FAO)



Fornecimento de abrigo e bens não alimentares como tendas e encerados

- Direcção Provincial da Obras Públicas e Habitação (Provincial Directorate of Public Works and Housing - MOPHRH)
- Federação Internacional da Cruz Vermelha (International Federation of Red Cross - IFRC)
- UNHR



Questões relacionadas com saúde tais como programas de vacinação

- Ministério da Saúde (Ministry of Health - MISAU)
- Organização Mundial da Saúde (World Health Organization - WHO)



Apoiar pessoas vulneráveis (incluindo grávidas, órfãos, idosos, homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência)

- Ministério do Género, Infância e Desenvolvimento Social (Ministry of Gender, Children and Social Action - DPGCAS)
- Instituto Nacional de Desenvolvimento Social (National Institute of Social Action - INAS)
- Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (United Nations High Commissioner for Refugees - UNHCR)



Implementação prática

- Uma rede extensa de ONG(I).

Para além destes intervenientes centrais, as Organizações de Pessoas com Deficiência - parte da organização nacional coordenadora Forum of Mozambican Associations of Disabled People (FAMOD) - foram parceiras na distribuição da ajuda por ONG(I) de deficiências específicas, tais como a Light for the World e a Humanity & Inclusion.

Desafios no contexto comunitário

A distribuição da ajuda parece geralmente pouco clara e desestruturada

O foco do fornecimento de ajuda pós-ciclone Idai parece recair nos locais de reassentamento mais do que nas comunidades, deixando de imediato de fora a maioria da população em necessidade. Esta preocupação aplica-se particularmente a homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência, que não conseguiram, em primeiro lugar, de forma frequente, procurar abrigo em centros de acomodação e, desta forma, nunca chegaram de facto aos locais de reassentamento onde a maioria da distribuição da ajuda ocorre. Nos casos em que a ajuda foi fornecida nas comunidades, foi frequentemente pouco claro aos inquiridos qual a base em que ocorreu a distribuição. Sentiram que factores políticos e favoritismo são uma problemática verdadeira nesta situação: houve a sensação de que a ajuda chegou a pessoas de um partido político específico, ou a amigos de prestadores de ajuda. Os inquiridos concluíram que homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência não foram abrangidos pelos serviços de ajuda simplesmente pelo facto de o foco recair nos locais de reassentamento, aos quais têm menos acesso. Além disso, apresentaram preocupações sobre a ajuda fornecida nas comunidades ser distribuída de forma injusta. As Organizações de Pessoas com Deficiência (OPD) indicaram que este facto também se deveu a não estarem incluídas no processo de identificação de pessoas que necessitavam de receber ajuda.

Homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência não receberam informação precisa sobre o ciclone iminente e resposta de ajuda humanitária

As informações sobre o ciclone Idai foram divulgadas através da televisão, rádio e jornais. No entanto, os inquiridos sentiram que não receberam informações atempadas ou precisas, tendo em muitos casos indicado que tal se deveu à sua deficiência. Especificamente, pessoas com deficiência auditiva disseram que não sabiam sobre o ciclone iminente e, por isso, não agiram adequadamente. Igualmente, informaram que não conseguiam ouvir as chamadas relativas a distribuição da ajuda, que eram frequentemente divulgadas de forma verbal. No geral, registaram-se muitas queixas sobre a falta de clareza em torno dos serviços de ajuda: quem, o quê, quando e com que frequência a ajuda era distribuída.

Homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência e respectivas famílias não têm frequentemente capacidade física para alcançar ou ter acesso à ajuda

Os inquiridos mencionaram ser fisicamente incapazes de aceder aos centros de acomodação e à ajuda fornecida, devido a deficiência da pessoa (ou do familiar). Por exemplo, não conseguiam chegar até ao local de distribuição ou centro de acomodação, porque precisariam de carregar um familiar às costas, não conseguem transportar materiais de ajuda distribuída para casa de forma independente (e, desta forma, precisam sempre de ajuda de um amigo ou de um familiar), ou não conseguiam participar em programas de alimentos-por-bens devido às suas deficiências e ao árduo trabalho físico necessário para que participem nesses programas.

Homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência não conseguem utilizar a ajuda recebida

Quando os inquiridos mencionaram terem recebido ajuda, também informaram frequentemente não serem capazes de utilizar os materiais fornecidos. Como parte da resposta humanitária de organizações activas em determinadas deficiências, alguns inquiridos receberam materiais de construção (sacos de cimento, chapas de ferro e traves de madeira) para reparar as suas casas. No entanto, os materiais fornecidos ficaram por utilizar, porque os inquiridos (especialmente as mulheres) não conseguem realizar sozinho as reparações devido à falta de conhecimento técnico, ou mais provavelmente porque não têm capacidade física para tal. Para aqueles com capacidade para contratar trabalhadores, ou com contactos sociais capazes de fornecer apoio, este não é um problema tão grave, mas muitos indicaram não ter nenhuma destas soluções à disposição e, desta forma, não serem capazes de utilizar os materiais.

Homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência sentem-se inseguros

Os inquiridos mencionaram sentirem-se inseguros nas respectivas casas após o ciclone, frequentemente porque as suas casas estavam (parcialmente) destruídas e, desta forma, tornaram-se um possível alvo de ladrões, ou por medo de colapso das casas. Para muitos homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência, particularmente com deficiência intelectual ou visual, a casa é o local que melhor conhecem e, ao sentirem-se inseguros, tal agrava o seu nível de stress. Para além disso, muitos decidiram não procurar centros de acomodação por preocupações de segurança semelhantes - preferiram ficar com pessoas conhecidas, como familiares ou vizinhos. Pessoas com albinismo, especificamente, receavam ser raptadas ou mortas se se juntarem a grupos de pessoas que não conhecem.

Desafios na transição da casa para o centro de acomodação

Homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência não fizeram a transição para centros de acomodação, uma vez que se sentiram discriminados

Os inquiridos regressaram frequentemente a casa depois de uma breve estadia no centro de acomodação, porque se sentiram discriminados pelo pessoal que trabalha no centro e por outras pessoas: não receberam ajuda ou sentiram-se envergonhados ou ridicularizados devido à sua deficiência. Isto fez com que alguns decidissem ficar em casa e não procurassem de todo abrigo nos centros de acomodação.

Os centros de acomodação eram frequentemente muito longe para serem alcançados por homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência

Outra razão pela qual homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência simplesmente nunca terem ido aos centros de acomodação foi o facto de não terem capacidade física para percorrer a distância até ao centro de acomodação e de não existir uma alternativa disponível, ou de as pessoas enfrentarem desafios para levar os familiares com deficiência. Alguns inquiridos mencionaram decidir não se abrigar no centro de acomodação, uma vez que era muito longe dos serviços especializados que normalmente utilizam (tais como uma escola para pessoas com deficiência auditiva).

Os centros de acomodação estavam frequentemente superlotados

Os inquiridos mencionaram ter deixado os centros de acomodação por estes estarem superlotados (vivendo com cerca de dez pessoas/múltiplas famílias numa tenda) e sentirem que eles próprios ou o seu familiar com deficiência não conseguiram lidar com essa situação. Quando as pessoas decidiram ficar, a situação de superlotação deixou uma experiência muito dura - as pessoas tinham muito pouca privacidade e recebavam uma situação de epidemia. Esta era uma preocupação especialmente de pessoas que necessitavam de muitos cuidados de higiene com um sistema imunitário enfraquecido relacionado com a sua deficiência específica.

Desafios nos centros de acomodação

A distribuição de alimentos era desorganizada e «agressiva»

Os inquiridos, particularmente com deficiência visual, disseram que não conseguiam ter acesso aos produtos, porque as pessoas «se desentendiam» por causa do fornecimento de comida. Além disso, homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência não tinham prioridade durante a distribuição da comida e acabavam por esperar em filas longas, com dificuldades de permanecer em pé devido à sua deficiência.

As instalações WASH eram frequentemente inacessíveis a homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência

A inacessibilidade das instalações WASH (água, saneamento e higiene) num centro de acomodação foi outra das problemáticas apresentadas. Os inquiridos mencionaram não conseguirem utilizar a casa de banho ou chuveiros, nem conseguir obter água de forma independente no centro de acomodação devido a problemas de acessibilidade (por exemplo, latrinas de fossa sem suportes para agarrar eram difíceis de utilizar para quem tem uma deficiência física).

Falta de informação sobre o processo de reassentamento

Os inquiridos mencionaram não ter tido informações claras sobre o que estava a acontecer - particularmente no que respeita à transição dos centros de acomodação para os locais de reassentamento (tais como informações sobre quando e como o reassentamento iria ser realizado). Muitos, no entanto, conheciam as pré-condições do reassentamento - os proprietários de habitação/terreno tinham de regressar ao seu local de origem, enquanto outros receberiam uma parcela de terreno. Isto fez com que algumas pessoas decidissem pelo reassentamento, uma vez que este era também considerado como uma oportunidade de voltar a ter uma propriedade.

Desafios nos locais de reassentamento

Homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência não conseguiram utilizar os bens distribuídos

Homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência indicaram frequentemente não terem conseguido utilizar todos os bens e serviços fornecidos. Alguns exemplos incluem: não conseguiram construir quando recebiam materiais de construção (especialmente as mulheres), não conseguiram construir a sua própria latrina de fossa, não terem meios financeiros para contratar mão-de-obra ou dinheiro para se deslocar até locais onde podem utilizar cheques de comida; não terem capacidade física para chegar aos, ou trabalhar nos, campos que receberam e/ou não conseguirem transportar a comida distribuída até casa de forma independente. Alguns também comunicaram não poderem estar presentes nos momentos de distribuição, uma vez que precisam de ir ao hospital regularmente ou a outros serviços de cuidados de saúde especializados.

Os abrigos são desajustados para homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência

Os inquiridos mencionaram que os abrigos eram, por vezes, desajustados devido à sua deficiência. Por exemplo, as tendas ficavam muito quentes durante o dia e muito frias à noite, o que era difícil para pessoas com albinismo, pessoas com sistemas imunitários fracos e para quem não consegue suportar ambientes húmidos. Os inquiridos, especialmente com deficiência visual, também receavam ser roubados ou atacados, uma vez que as tendas não eram muito seguras.

Homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência sentiam-se inseguros e discriminados

Homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência comunicaram que se sentiam inseguros, uma vez que eram intimidados, ridicularizados ou discriminados por outras pessoas nos locais de reassentamento devido à sua deficiência. Para além disso, os inquiridos disseram que tinham receio de serem roubados ou atacados devido às condições de vida sem privacidade - as tendas não tinham portas e outros elementos de segurança e sentiam-se fisicamente incapazes de se defenderem a eles próprios ou as suas propriedades ou pertences.

Utilização de métodos e canais de informação e comunicação desajustados

Os inquiridos indicaram não ouvirem ou terem sido informados de quando ocorreria a distribuição da ajuda ou os programas de vacinação e/ou não ouvirem quando estavam a ser chamados para irem

recolher os seus bens alimentares (ficando assim dependentes da ajuda de pessoas benevolentes). Isto aplica-se especialmente a pessoas com deficiência auditiva. Para além disso, existia uma falta de informação generalizada sobre quando a distribuição ocorria, bem como sobre a duração da ajuda ou sobre quais os passos de acompanhamento quando as pessoas já se encontravam no local de reassentamento. No entanto, esta situação não está necessária e unicamente relacionada com homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência.

A distância dos serviços nos e fora dos locais de reassentamento é demasiado longa para homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência

Os locais de reassentamento encontravam-se em áreas rurais, afastados dos centros de acomodação e das comunidades originais das pessoas. Durante a transição, as pessoas eram frequentemente deixadas a alguns quilómetros dos locais, tendo de caminhar os últimos quilómetros ou de aguardar por outro meio de transporte. Esta situação tornava difícil a chegada ao local de reassentamento, especialmente para pessoas com deficiência física. Dentro dos locais, os serviços (escolas, saúde, pontos de distribuição de comida) estão geralmente localizados na entrada do local, que é frequentemente difícil de alcançar por homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência, já que é demasiado afastado da respectiva parcela de terreno alocada. As latrinas ou torneiras de água nem sempre estão perto das casas, forçando as pessoas a utilizar os arbustos ou a abrir um poço. As escolas nos locais de reassentamento apenas ensinam até a 2ª classe, o que significa que as crianças mais velhas têm de ir para escolas em comunidades fora do centro de reassentamento acomodação. Especialmente as crianças com deficiência física têm dificuldade em chegar às escolas da comunidade devido à distância até ao local de reassentamento. Igualmente, serviços de saúde, tais como hospitais, estão longe do local de reassentamento e homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência não têm um meio de transporte ou dinheiro para pagar o transporte para chegar aos mesmos.

Os serviços disponíveis são inacessíveis a homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência

Os inquiridos mencionaram que os serviços WASH (água, saneamento e higiene) são fisicamente inacessíveis, especialmente as casas de banho e torneiras de água (algumas têm uma rampa, mas por vezes a rampa instalada é desajustada para os

utilizadores de cadeira de rodas). As escolas no local de reassentamento não estão adaptadas para crianças com deficiência: os professores não têm formação para ensinar crianças com vários tipos de deficiência, nem materiais adequados.

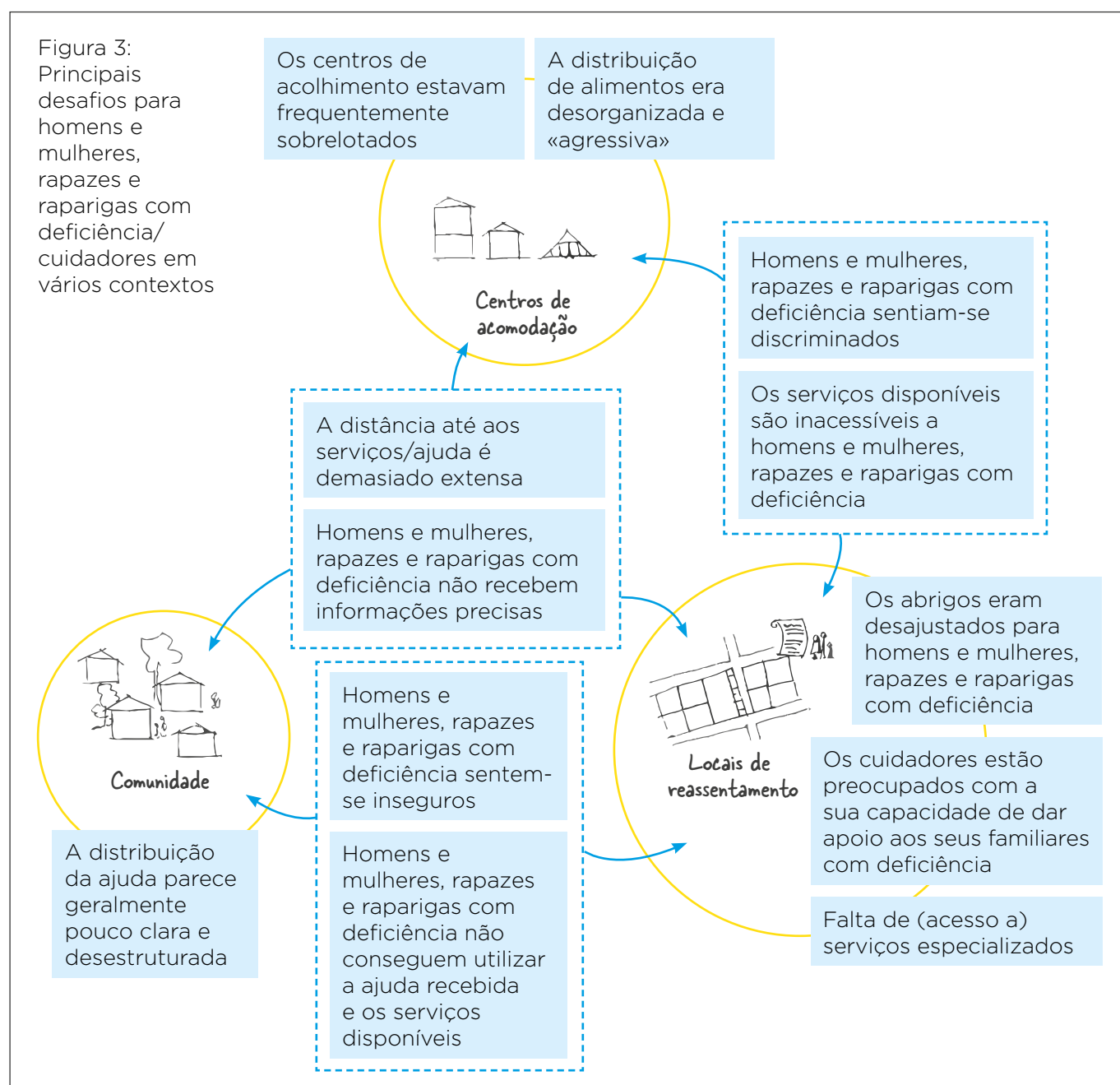
Falta de (acesso a) serviços de cuidados de saúde especializados

Não existem serviços de cuidados de saúde especializados, tais como fisioterapia, nos locais de reassentamento que possam ajudar homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência no seu processo de reabilitação, sobretudo aqueles que utilizavam estes tipos de serviço antes do ciclone indicam que já não têm acesso aos mesmos devido a várias limitações, incluindo a distância até aos prestadores do serviço, os custos de transporte ou o tempo necessário para chegar até aos prestadores do serviço.

Muitos, especialmente os homens, indicaram que perderam a sua fonte de rendimento e que as oportunidades de emprego nos locais de reassentamento são limitadas, significando que já não têm meios financeiros para comprar medicação e dispositivos de assistência ou para se deslocarem até aos serviços de cuidados de saúde (especializados) localizados fora do local de reassentamento, por exemplo.

Os cuidadores estão preocupados com a sua capacidade de dar apoio aos seus familiares com deficiência

Os inquiridos que são cuidadores de homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência indicam dificuldades devido ao seu papel de cuidador. Por exemplo, não podem trabalhar (na parcela de terreno que lhes foi atribuída) ou aceder a serviços de ajuda, uma vez que têm de ficar em casa com os seus familiares com deficiência.



Recolha de dados e conhecimento da deficiência: obstáculos no fornecimento da ajuda para homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência

O que parece ser uma explicação possível para os desafios acima é a inexistência de conhecimento e de dados sobre deficiência. Se não for definido um objectivo específico para homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência, estes acabam por perder a ajuda essencial ou por receber ajuda que não conseguem utilizar. Para a definição deste objectivo, é necessário reconhecer e qualificar homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência - algo que não acontece se os prestadores de ajuda não tiverem conhecimento de qual a deficiência ou de como a quantificar. Algumas das problemáticas mais comumente mencionadas incluem:

- Existem diferentes definições de «homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência», com cada organização a utilizar o seu próprio entendimento de deficiência, ou não a quantificando de todo.
- Relacionado com isto está o conhecimento limitado (dos recenseadores) da «tipologia de deficiências». Quem recolhe os dados não tem conhecimento para identificar ou categorizar diferentes incapacidades ou deficiências.
- Existem vários critérios de vulnerabilidade utilizados por diferentes organizações humanitárias para determinar quem é elegível para receber ajuda. Se homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência ou cuidadores não se enquadrarem nestes critérios de vulnerabilidade, então não são elegíveis para receber ajuda. Os critérios de vulnerabilidade não estão harmonizados entre prestadores de ajuda, assim como as ferramentas de recolha para avaliação e monitorização.
- Os dados foram recolhidos em vários momentos desde o ciclone, mas não existe um acompanhamento. Como resultado, não foi prestada ajuda: os inquiridos questionam-se sobre o que aconteceu aos dados recolhidos. Ficam desconfiados relativamente aos recenseadores, o que resulta na acusação de os prestadores de ajuda serem corruptos.
- Por último, as OPD indicam que não estão envolvidas na recolha de dados e processos de identificação. Sentem que não estão a ser levadas a sério pelo campo humanitário.

Quando existe conhecimento e dados, homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência tiveram prioridade na prestação de assistência e a ajuda foi entregue. Por exemplo, nos últimos meses, as ferramentas de recolha de dados foram melhoradas e adicionalmente harmonizadas entre os intervenientes humanitários. Os intervenientes humanitários que já tinham uma consciência intrínseca da deficiência demonstraram uma resposta melhor, por exemplo construindo latrinas acessíveis para homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência. Em alguns casos, as OPD desenvolveram e apresentaram as suas próprias listas de pessoas que necessitavam de assistência, o que fez com que a ajuda fosse recebida vinda de intervenientes governamentais ou não governamentais. Isto demonstra que consciência, conhecimento e dados sobre a situação são cruciais para que homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência recebam o apoio de que necessitam.

Recomendações



Organizações de Pessoas com Deficiência (OPD)



Intervenientes humanitários



Governo



Incluir OPD/FAMOD nos mecanismos de resposta a emergências

OPD/FAMOD, como parte do Grupo de Trabalho sobre Deficiência dentro do Protection Cluster, devem ser envolvidos na prestação de apoio técnico à parte de intervenientes do Sistema de Ajuda Humanitário (por exemplo, Shelter Cluster e Bens Não Alimentares, Segurança Alimentar e Meios de Subsistência). Da mesma forma, devem ser utilizados como um organismo consultor para a revisão e desenvolvimento de políticas humanitárias, tais como a do INGC. Idealmente, homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência devem estar representados em todos os comités de gestão do INGC a diferentes níveis administrativos. Entre outros, podem ser envolvidos na elaboração de ferramentas de recolha de dados e no estabelecimento de critérios de vulnerabilidade. Adicionalmente, devem estar activamente envolvidos na distribuição da ajuda e em visitas de monitorização. Com vista a assegurar a continuidade e profissionalismo na monitorização de mecanismos de resposta a emergências, deve ser considerado o envolvimento remunerado das OPD.



Assegurar o desenvolvimento de competências para pessoal de centros de acomodação e locais de reassentamento

OPD/FAMOD devem ser convidados a fornecer formação a membros do pessoal relevantes (tais como distribuidores da ajuda, Pontos Focais de Protecção) nos centros de acomodação e locais de reassentamento, especificamente sobre a consciencialização da deficiência, como identificar homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência e quando e como referenciar pessoas com necessidades específicas a prestadores de serviços, como serviços de fisioterapia ou psicológicos.

Para além disso, deveria também existir formação e apoio a pessoal de escolas e espaços dedicados a crianças no que respeita a crianças com deficiência, incluindo materiais de aprendizagem adequados, métodos de ensino e acordos para sala de aula. Adicionalmente, devem trabalhar com o conselho pedagógico da escola (em estreita colaboração com a Direcção Provincial de Educação e

Desenvolvimento Humano) da comunidade de acomodação, para elaborar um plano que inclua crianças com deficiência e para facilitar a sua inclusão na escola. Quando necessário, pode ser procurada ajuda de peritos junto das OPD ou organizações de Reabilitação Baseada na Comunidade (RBC).



Criar sistemas de distribuição inclusivos de bens alimentares e não alimentares

Os prestadores de ajuda (tais como MASA, WFP e FAO) não devem distribuir bens de acordo com uma lista alfabética, mas priorizar as pessoas com base na sua deficiência ou noutros critérios de vulnerabilidade (não apenas com base em indicadores económicos gerais, mas também em desafios pessoais que as pessoas podem enfrentar no que respeita ao acesso à ajuda ou serviços e ao exercício dos seus direitos). É necessária uma colaboração estreita com OPD/FAMOD para este procedimento de selecção. Para além disso, os sistemas devem estar estabelecidos de forma a que possibilitem o acesso a produtos em nome de homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência, juntamente com políticas para prevenir fraude nestes tipos de sistemas, e ainda o desenvolvimento de sistemas para apoiar o transporte dos produtos distribuídos para aqueles que não conseguem transportar (todos os) produtos de forma independente, e a implementação de uma orientação clara para beneficiários que não conseguem receber produtos durante a distribuição (por exemplo, devido ao atendimento ao hospital). Nos locais de reassentamento, devem ser criados vários pontos de distribuição (pelo INGC em estreita colaboração com a CCCM), bem como áreas de espera protegidas ou com sombra e sítios para sentar enquanto se aguarda que a distribuição seja realizada. Deve assegurar-se, especialmente em locais de maior dimensão, que a distribuição é realizada unicamente na entrada.



Assegurar que canais de comunicação e informação chegam até homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência

Os prestadores de ajuda devem trabalhar através das estruturas existentes no acampamento e na comunidade (por exemplo, responsável pela vizinhança, responsável do posto de informações,

representantes do bloco/local e equipas da CCCM) para fornecer informações a homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência de uma forma inclusiva. Isto significa que as informações sobre o que irá ser distribuído, quando será fornecido e quem é elegível para receber bens têm de ser dadas alguns dias antes de a distribuição ocorrer; devem ser utilizados diferentes métodos de comunicação, tais como material impresso e áudio (com informações visuais e fáceis de perceber). Idealmente, estas devem ser complementadas por um «aviso tenda a tenda» com a ajuda de um intérprete de linguagem gestual/alguém com capacidade para comunicar com pessoas com deficiência auditiva. As agências governamentais responsáveis por um aviso precoce (tais como o INGC) devem também incorporar métodos de comunicação inclusiva nos seus sistemas de aviso.



Instalar estruturas comunitárias específicas para pessoas com deficiência

MGCAS/INAS, em estreita colaboração com OPD, devem estabelecer comités da comunidade especificamente para homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência que possam promover a comunicação entre homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência afectados e prestadores de serviço, bem como assegurar o acesso a informações e tomar decisões informadas para os membros da comunidade representados. Esse comité assegura que as vozes de homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência são ouvidas e que as suas perspectivas são incorporadas em actividades de resposta pelos intervenientes humanitários.



Incluir homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência em estruturas de reassentamento existentes

Em conjunto com este desenvolvimento, deve assegurar-se que estruturas e actividades existentes são inclusivas para homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência, significando que um representante está activamente envolvido nas estruturas da comunidade já existentes. Estas incluem, entre outros, Grupos de Mulheres e Pontos Focais de Protecção nos locais de reassentamento. Desde o início do exercício de reassentamento, a CCCM e os intervenientes governamentais relevantes (tais como MOPHRH, IFRC e UNHCR) devem envolver homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência na concepção de instalações de abrigo inclusivas.

Por exemplo, podem ser concebidos «abrigos amostra» para pessoas com diferentes tipos de deficiência e utilizados para discutir como remover possíveis barreiras no local de reassentamento.



Criar abrigos, serviços e uma disposição de acampamento acessíveis

Os intervenientes responsáveis pela disposição do acampamento (tais como o INGC e a CCCM) devem considerar a forma como homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência se movimentam entre o respectivo abrigo e os serviços: as latrinas e os pontos de água devem estar próximos da localização onde as pessoas com deficiência física estão a viver e devem ser construídos o máximo possível de acordo com os princípios de Design Universal (significando que um ambiente pode ser acedido, compreendido e utilizado por todos, independentemente da respectiva deficiência). Podem ser encontradas soluções criativas para quem fornece abrigo (como MOPHRH, IFRC e UNHR), utilizando materiais localmente disponíveis. Deve ser prestada atenção específica à protecção de pessoas com albinismo da luz solar através da disponibilização de materiais de abrigo adequados. INGC, MASA e CCCM devem estabelecer mecanismos para facilitar a «troca de tenda/terreno» entre pessoas no local de reassentamento, por exemplo, para cuidadores que queiram estar próximos dos seus familiares com deficiência. Igualmente, deve ser fornecido apoio gratuito às pessoas que não conseguem recuperar ou construir casas e casas de banho sozinhas devido a uma deficiência física. Esta recomendação também se aplica a homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência que ainda estão a viver em comunidades.



Garantir acesso a serviços especializados a homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência

O MISAU, em colaboração com a OMS, deve garantir acesso a serviços de reabilitação a homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência, quer estabelecendo serviços especializados nos locais de reassentamento quer estabelecendo uma ligação com prestadores de serviços já existentes na comunidade de acomodação. Estes serviços podem incluir programas de RBC que forneçam trabalho de proximidade. Neste âmbito, o desenvolvimento de vias de referência para homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência é essencial. Devem ser fornecidas orientações claras ao pessoal do reassentamento (do MGCAS, INAS e UNHCR, entre outros) sobre a diferença, no geral, no que respeita a apoio especializado para homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência na resposta humanitária, bem como relativamente a quando e como devem ser referidos.

Colofão

Judith Baart e Mirian Wester
Outubro 2019

Light for the World, Moçambique

Rua Brito Capelo, N.º 166
Palmeiras 1
Beira, Sofala – Moçambique
www.light-for-the-world.org

UNICEF Moçambique

Avenida do Zimbabwe
C.P. 4713
Maputo – Mozambique
www.unicef.org.mz

Design:

ZOUT design & communicatie

Fotografia:

Light for the World

*Esta publicação é financiada
pela UNICEF e pode ser
distribuída gratuitamente.
Não pode ser vendida ou
utilizada para outros fins
comerciais.*



unicef 
para cada criança